



----- Aos vinte e nove dias do mês de Setembro, pelas 21 horas, reuniu-se na Sede da Junta de Freguesia a Assembleia de Freguesia em sessão Ordinária, sob a presidência de Lúcia Cristina Silva Pinto, com a presença de todos os elementos desta mesma Assembleia excepto o deputado Carlos Soares, com a seguinte ordem de trabalhos:

----- Antes da ordem do dia foi entregue pelo executivo da Junta de Freguesia, à Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia uma proposta de Voto de pesar e um minuto de silêncio em memória do Senhor Engenheiro António Guedes.-----

----- Após a leitura da proposta foi a mesma a votação, tendo sido aprovada por unanimidade dos presentes.-----

Cumprido o minuto de silêncio, pede a palavra a senhora deputada Angélica Loureiro para entregar a Apresentação de Moção com vista à desanexação da Freguesia de Guilhufe e Urrô, por recurso ao procedimento especial, simplificado e transitório previsto no artigo 25.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de Junho, neste contexto, os representantes do PS na Assembleia de Freguesia e algumas personalidades independentes, efetuaram um abaixo-assinado junto da população de Urrô.-----

----- Após a leitura da proposta procedeu-se à votação para a discussão da mesma, tendo esta discussão sido reprovada com 6 votos contra e 2 a favor.-----

Em resposta à senhora Deputada Angélica Loureiro, o senhor Presidente de Junta referiu que, decorria o mês de Agosto, quando a Junta de Freguesia teve conhecimento, através de diversas pessoas, sobre uma recolha de assinaturas, ou abaixo-assinado, junto da população de Urrô, com o suporte objetivo de reverter o processo de agregação da Freguesia de Guilhufe e Urrô.-----

----- Desta forma, compete à Junta de Freguesia o dever de informar o seguinte:-----

----- A lei que deu origem à agregação da Freguesia de Guilhufe e Urrô em 2013, tem um responsável moral e um responsável material, pois assumiu a redução do número de freguesias e o outro foi o autor da lei. Na opinião do senhor Presidente de Junta, nem um nem outro agiram em conformidade, pois a lei impôs a agregação das freguesias sem que a população tivesse sido ouvida de uma forma democrática.-----

----- Considera que seria, certamente, mais justo e democrático, a realização de um referendo para perceber qual a vontade da população. Como esta situação não se verificou, o resultado da reforma administrativa foi imposta pela lei, desconsiderando por completo a vontade da população e desta Junta de Freguesia.-----

----- Não sendo suficiente o que se passou em 2013, a lei que prevê a desagregação de Freguesias de Junho de 2021 tem o mesmo responsável moral e o mesmo responsável material. Aqui, também, não agiram em conformidade pois, ao final de quase 6 anos, e depois de tantos avanços e recuos, a lei acabou por ser promulgada, nas vésperas das eleições autárquicas. Salaria que esta lei é uma lei que suscita muitas dúvidas, devido à sua complexidade e falta de clareza e que exige inúmeros requisitos difíceis de cumprir. É sem dúvida, uma lei que não corresponde às expectativas criadas pela população.-----

----- Enquanto candidato a esta Junta de Freguesia, e após a publicação da lei, fez uma



leitura atenta da mesma e na sua humilde interpretação, depreende que a Freguesia não cumpria os critérios explanados na lei.-----

----- Posto isto, entende que a desagregação não seria tema de campanha eleitoral da candidatura "Dar as Mão por Guilhufe e Urrô" e posteriormente, verificou-se que este tema, também, não foi abordado na candidatura da coligação Penafiel Unido PS/RIR.---

----- Salaria ainda que durante a vigência deste mandato, a desagregação nunca foi abordada por nenhuma força política. Já foram realizadas três Assembleias de Freguesia e até à presente data nunca foi comunicado ao Executivo desta Junta de Freguesia qualquer pretensão para debater o assunto. A lei entrou em vigor em dezembro de 2021 e só a partir desta data, fazia sentido debater a desagregação de freguesias, até aqui não havia legitimidade para o fazer.-----

----- O senhor Presidente de Junta de Freguesia, reforça e quer deixar bem explícito que tudo fará para que a desanexação aconteça, desde que a vontade da população seja manifestada de forma democrática. A lei de 2013 confiou a decisão na Assembleia de Freguesia e quanto ao executivo considera que não tenha sido a melhor forma, pois uma decisão tão importante como esta, deveria recair sobre a população através de um referendo. Desta forma a população expressa a sua vontade sobre a desagregação das freguesias.-----

----- No entanto, a lei de Junho de 2021 que também prevê a desagregação de Freguesias continua a cometer o mesmo erro ao confiar tal decisão na Assembleia de Freguesia, exatamente nos mesmos moldes da lei de 2013, continua sem que seja dada voz á população, pois este é um assunto que é de todos. Embora e mesmo que o Referendo não seja vinculativo, serviria para que os membros da assembleia de freguesia tenham um suporte para a sua decisão de votar.-----

----- Não basta recolher assinaturas para que haja desagregação, e na sua opinião isso não é forma de auscultação da população.-----

----- No entanto o senhor Presidente de Freguesia, informa esta Assembleia que o executivo desta Junta de Junta de Freguesia em 19 de Agosto pediu um parecer à CCDD-N para os ajudar a interpretar a lei e perceber se cumprimos todos os critérios explanados na lei 39/2021 de 24 de Junho.-----

----- É de todo o interesse tratar os assuntos com muita responsabilidade e cuidado, e assim ao solicitar pareceres às entidades responsáveis e entendidas no assunto da desagregação.-----

----- No seguimento desse contacto, obtiveram uma resposta no dia 15 de Setembro que passou a citar:-----

----- "Tendo presente o pedido de parecer jurídico que V. Exas. nos dirigiu, vimos por este meio informar que Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) enquanto responsável pelo acompanhamento da implementação da Lei nº39/2021, de 24 de Junho elaborou um documento esclarecendo um conjunto de dúvidas frequentes sobre este regime jurídico, o qual se encontra a aguardar a validação da Tutela. Neste sentido, e para que o devido esclarecimento da questão colocada, aguardamos emissão de pronúncia da DGAL, sendo expectável a sua disponibilização para breve."-----

----- Com esta resposta o senhor Presidente de Junta, é da opinião que a lei não é clara e que suscita muitas dúvidas, e por isso não devemos criar falsas expetativas nem ilusões



á população, para posteriormente se verificar que não estão reunidas as condições legais para a desagregação.-----

----- No entanto saliente o senhor presidente de Junta, que este processo não depende só da aprovação da Assembleia de Freguesia, depende, também da aprovação da Assembleia Municipal e posteriormente da aprovação de Assembleia da República, caso de verifiquem que estão reunidos todos os critérios que explanados na lei.-----

----- Posto isto o senhor presidente de Junta relembra que este assunto poderá ser debatido numa reunião de assembleia de Freguesia especificamente convocada para o efeito.-----

----- Ponto Um: Leitura da ata da última Assembleia e sua votação:-----

----- Este ponto foi lido e aprovado por unanimidade.-----

Ponto Dois: Espaço destinado aos membros da Assembleia para apresentação de suas sugestões.-----

----- Tomou a palavra a senhora deputada Angélica Loureiro, que pediu os seguintes esclarecimentos:-----

----- Data da realização da calçada na Sr.^a do Monte, bem como a construção da plataforma para os Ecopontos.-----

----- Solicita ainda esclarecimentos sobre os apoios a Instituições e Associações, nomeadamente ao Grupo SER+SM e Agrupamento de Escuteiros, pretendendo saber qual os montantes desses apoios.-----

----- Pretende ainda esclarecimentos sobre o facto do site da junta de freguesia de Guilhufe e Urrô estar em baixo desde meados de Agosto, e para quando a ativação do mesmo.-----

----- Em resposta á senhora deputada Angélica Loureiro, o senhor Presidente de junta refere que tal como informado na informação escrita do Presidente foram efetuadas reaprações na calçada nas Ruas Nova da Aldeia e S. Brás.-----

----- Quanto aos apoios ao grupo Ser + Senhora do Monte foi um apoio logístico e aos Escuteiros um apoio no valor de 1000€.-----

----- Quanto ao site da Junta de Freguesia o prestador do serviço de assistência foi alterado e esse processo não foi o mais célere.-----

----- Pediu a palavra a senhora deputada Angélica Loureiro, para apresentar as seguintes propostas:-----

----- Rotunda abaixo da Igreja de Guilhufe, relacionado com um mini passeio que foi feito sem utilidade e propor que fosse estudada a possibilidade de cedência de 1 metro de terreno e aí sim a construção de um passeio neste lado da via, é uma via de bastante movimento e os peões ficam desprotegidos.-----

----- Ecoponto nas imediações da mesma rotunda, onde é proibido parar ou estacionar e quando o camião da Câmara vem recolher o lixo, este fica a ocupar a via pública, o que traduz um risco acrescido para os automobilistas, propõe que seja criada uma alternativa a esta questão.-----

----- Usou da palavra a senhora deputada Cláudia Pinto, para fazer um agradecimento ao executivo pelo esforço na criação da segunda sala no jardim de infância.-----

----- Em relação á proposta moção apresentada, explica que como cidadã de Urrô,



concorda com o abaixo-assinado, como deputada acha que deve haver um referendo e uma comissão de trabalho para a elaboração do referendo.-----

----- Ponto 3: Espaço destinado ao Sr. Presidente da Junta para apresentação de assuntos relacionados com a Freguesia.-----

----- O senhor Presidente de junta de freguesia informa que quanto á proposta apresentada pela senhora deputada Angélica Loureiro, é um assunto que já está a ser tratado e que já foi falado ao senhor Presidente da Câmara.-----

----- Em resposta ao senhora deputada Cláudia Pinto, o senhor Presidente de Junta diz que a Junta se associou aos pais na luta pela segunda sala do jardim-de-infância, falando com senhor Vereador da Câmara Municipal para avançar com a obra o mais rápido possível, sempre em prol do bem-estar das nossas crianças e que foi para isso que se candidatou.-----

----- Ponto 4: Espaço destinado ao público para apresentação de suas sugestões.-----

----- Tomou da palavra o senhor Luís Martins que acusou a deputada Cláudia Pinto de com o seu voto contra, ter destruído a possibilidade de Urrô vir a ser novamente uma Freguesia. Disse ainda que essa possibilidade estava no art.25 que termina no final do ano, neste momento o critério da área está dentro da lei, no art. 5º e 7º. e Guilhufe e Urrô cumprem todos os critérios para desanexar.-----

----- Tomou da palavra a senhora Laurinda, que questionou o executivo sobre a limpeza das ruas na Urbanização em Urrô, dizendo que no período de um ano a limpeza foi feita pela junta apenas duas vezes, mas que mesmo assim foi feita mais vezes que em anos anteriores.-----

----- Tomou da palavra a senhora Fátima Pereira que agradeceu a colocação das tampas de saneamento, na Rua da Costeira, situação reportada na última Assembleia, dia 02 de Junho.-----

----- Sugere a criação de espaços verdes nos loteamentos da Senhora do Monte, trata-se de uma zona habitacional e geralmente está cheio de silvas.-----

----- Em relação a um terreno existente abaixo do cruzeiro e visto que o terreno é pequeno, sugere que esse mesmo espaço seja transformado em parque de estacionamento público.-----

----- Salaria ainda, que participou na realização do abaixo-assinado em Urrô e a população foi unanime em dois pontos, a vontade de voltar a ser freguesia independente e o descontentamento de em grande parte da freguesia não existir rede de saneamento público.-----

----- De seguida pediu a palavra o senhor João Freitas que falou sobre a desanexação. Mostrou o seu desagrado quanto ao assunto e diz ter sido uma traição aos Urruenses por parte de alguns elementos de Urrô.-----

----- Usou da palavra o senhor Duarte, que se pronunciou sobre a desanexação e diz que se tivesse havido preocupação por parte do executivo, este já deveria ter elaborado o referendo. Pede que sejamos céleres no referendo e que o abaixo-assinado é um bom indicador para a realização do mesmo e pede transparência no processo.-----

----- O senhor Francisco Loureiro pergunta para quando o saneamento na Rua de



Oleiros.-----

----- Pede a palavra o senhor Tiago Cardoso diz que foram feitas acusações muito graves sobre o abaixo-assinado e pede que se identifiquem as pessoas coagidas.----- Diz ainda que há falta de transparência por parte do executivo e sugere que sejam publicadas as contas.-----

----- Acusa o anterior executivo de não querer ouvir o povo porque nunca houve debate nem tentativa de ouvir o povo.-----

Finaliza dizendo que Urró nunca alcançará a paz social se se mantiver nesta situação.-----

----- Em resposta às questões levantadas pelo público, o senhor Presidente de Junta, refere que não quer que o assunto Desagregação seja decidido pela Assembleia de Freguesia, pois trata-se de uma questão demasiado importante para ser decidida por um grupo de pessoas, por isso defende o referendo. Pede para nos unir-mos, debater o assunto sem levantar bandeiras, refere ainda que nunca ninguém lhe pediu a desagregação, está de boa-fé para resolver esta situação.-----

----- Refere ainda que estamos a discutir uma questão, que não fomos nós que a criamos.-----

----- Respondendo á senhora Laurinda, diz que gostaria de ter tudo limpo mas que o preço de mão de obra e o uso dos herbicidas não são permitidos o que dificulta a limpeza, mas garante estar atento à situação.-----

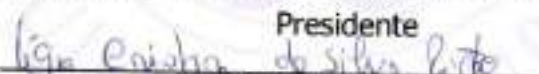
----- Em resposta à senhora Fátima Pereira, o senhor Presidente diz que em relação ao loteamento referido o processo já foi encaminhado para a Câmara Municipal e vai tentar acelerar o processo mas que estacionamento talvez não seja possível.-----

----- Quanto ao saneamento é um problema que não se resolve tão rápido quanto gostaria.-----

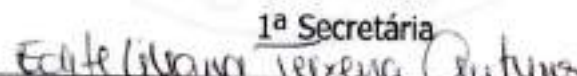
----- Por último respondendo ao senhor Francisco Loureiro, o senhor Presidente refere que o assunto em questão já foi esclarecido na última assembleia, no entanto informa que não pode garantir uma data para a execução da obra, pois precisa de um acordo com a REFER.-----

----- Nada mais havendo a tratar foi esta sessão dada por encerrada e dela vai ser lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos intervenientes.-----

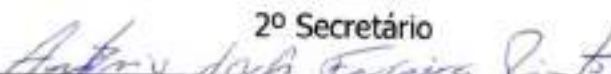
Presidente


LÍGIA CRISTINA DA SILVA PINTO

1ª Secretária


EDITE LILIANA TEIXEIRA ANTUNES

2º Secretário


ANTÓNIO JORGE FERREIRA PINTO